

# A RETRAÇÃO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA EM 2015

Ana Sílvia Martins Franco\*

A última publicação da Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF), divulgada pelo IBGE, referente ao ano de 2015, apontou forte retração da indústria brasileira. A produção nacional recuou 6,6% no período, na comparação com 2014, com variação negativa em praticamente todos os estados que abrangem a pesquisa (tabela 1).

TABELA 1 - VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL -  
BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO -  
JANEIRO-JULHO-2015

| BRASIL E UNIDADE DA<br>FEDERAÇÃO | VARIAÇÃO (%) |
|----------------------------------|--------------|
| Brasil                           | -6,6         |
| Amazonas                         | -15,2        |
| Pará                             | 6,8          |
| Ceará                            | -8,9         |
| Pernambuco                       | -2,2         |
| Bahia                            | -7,2         |
| Minas Gerais                     | -7,0         |
| Espírito Santo                   | 14,9         |
| Rio de Janeiro                   | -5,3         |
| São Paulo                        | -8,9         |
| Paraná                           | -7,1         |
| Santa Catarina                   | -6,7         |
| Rio Grande do Sul                | -9,8         |
| Mato Grosso                      | 0,3          |
| Goiás                            | -2,6         |

FONTE: IBGE

O ritmo de produção nesses locais sofreu influência da desaceleração na fabricação de bens de capital, que reduziu 20,9% de janeiro a julho de 2015 (tabela 2), com destaque para equipamentos de transporte industrial (caminhão-tractor para reboques e semirreboques, caminhões e veículos para transporte de mercadorias), com queda de 28,6%. Cabe ressaltar que os bens de capital exprimem o investimento no setor fabril e geram impactos no resultado do Produto Interno Bruto (PIB). Em relação aos bens intermediários, a diminuição foi de 3,4%, com menor fabricação de derivados do petróleo, autopeças, produtos têxteis, produtos siderúrgicos, produtos de metal, petroquímicos básicos, resinas termoplásticas e defensivos agrícolas.

Na categoria dos bens de consumo (-8,7%), a produção de bens de consumo duráveis apresentou o segundo maior recuo, de 14,2%, vindos de automóveis, eletrodomésticos (linhas branca e marrom), motocicletas e móveis. A demanda por bens de consumo duráveis está diretamente ligada ao crédito, que por sua vez está restrito, e à renda, que encolheu, em razão da inflação. Os bens de consumo semi e não duráveis caíram 7,0%, especialmente por conta dos produtos têxteis, medicamentos, vestuário, bebidas, alimentos e gasolina. Estes também estão relacionados ao rendimento das famílias.

\* Economista, técnica da equipe permanente desta publicação.

TABELA 2 - VARIAÇÃO (%) DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL POR CATEGORIA DE USO - BRASIL - JANEIRO-JULHO-2015

| CATEGORIA ECONÔMICA                         | VARIAÇÃO (%) |
|---|--------------|
| Bens de capital                             | -20,9        |
| Bens intermediários                         | -3,4         |
| Bens de consumo                             | -8,7         |
| Bens de consumo duráveis                    | -14,2        |
| Bens de consumo semiduráveis e não duráveis | -7,0         |

FONTE: IBGE

Os únicos estados que mostraram resultados positivos neste ano foram Espírito Santo (14,9%) e Pará (6,8%), em função do desempenho do setor extrativo, que cresceu 8,4% (tabela 3), com maior produção de minério de ferro e petróleo, e Mato Grosso, que permaneceu estável (0,3%).

TABELA 3 - VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL - BRASIL - JANEIRO-JULHO-2015

| ATIVIDADE ECONÔMICA   | VARIAÇÃO (%) |
|---|--------------|
| Indústria geral   | -6,6         |
| Indústrias extrativas   | 8,4          |
| Indústrias de transformação   | -8,5         |
| Fabricação de produtos alimentícios   | -3,8         |
| Fabricação de bebidas   | -7,6         |
| Fabricação de produtos do fumo  | -8,3         |
| Fabricação de produtos têxteis  | -10,3        |
| Confecção de artigos do vestuário e acessórios  | -10,5        |
| Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados                         | -4,3         |
| Fabricação de produtos de madeira   | -3,2         |
| Fabricação de celulose, papel e produtos de papel   | 0,3          |
| Impressão e reprodução de gravações   | -11,9        |
| Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis                                     | -6,0         |
| Fabricação de sabões, detergentes, produtos de limpeza, cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal | -3,8         |
| Fabricação de outros produtos químicos  | -3,6         |
| Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos  | -15,5        |
| Fabricação de produtos de borracha e de material plástico   | -6,5         |
| Fabricação de produtos de minerais não metálicos  | -5,4         |
| Metalurgia  | -7,6         |
| Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos   | -9,2         |
| Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos                                       | -29,0        |
| Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos   | -6,8         |
| Fabricação de máquinas e equipamentos   | -11,4        |
| Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias  | -20,2        |
| Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores                                    | -5,8         |
| Fabricação de móveis  | -8,7         |
| Fabricação de produtos diversos   | 2,9          |
| Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos   | -5,3         |

FONTE: IBGE

A indústria de transformação registrou retração de 8,5%, com perfil disseminado de queda. Os piores resultados vieram da indústria de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-29%), seguida por veículos automotores, reboques e carrocerias (-20,2%) e produtos farmoquímicos e farmacêuticos (-15,5%).

A contração na fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos foi ocasionada pelo menor manufaturamento de televisores, *laptops*, *notebooks*, *tablets*, telefones celulares, monitores para computadores, computadores, DVDs, *home theaters*, placas de circuito para informática, peças e acessórios para máquinas de processamento de dados e impressoras multifuncionais. Como vivenciamos um cenário de

inflação elevada, redução da massa salarial e endividamento das famílias, esses itens que, por seu turno, não são essenciais, sofreram redução na demanda, o que levou à diminuição em sua produção.

Do mesmo modo, a indústria automobilística sente os reflexos da contração nas vendas, oriundos, além da inflação e do endividamento, da diminuição do crédito, da alta dos juros e da falta de confiança do consumidor em relação aos rumos da economia do país, por conta da recessão e das incertezas em relação à política econômica. As vendas no setor de veículos caíram 15,6% no primeiro semestre de 2015. Por conta disso, as montadoras necessitaram adequar a produção à demanda e implantaram programas de demissão voluntária, suspensão dos contratos de trabalho através de *lay-off*, redução na jornada de trabalho, férias coletivas e até mesmo a demissão de colaboradores.

Isso posto, a Caixa Econômica Federal assinou convênio com entidades do setor automotivo – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (SINDIPEÇAS) e Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (FENABRAVE) – para a liberação de aproximadamente R\$ 5 bilhões para capital de giro e investimentos, até o final do ano. O objetivo é fomentar o setor automobilístico e sua cadeia produtiva, através da liberação de crédito em condições especiais, com taxas reduzidas, destinadas às empresas que se comprometerem com manutenção de empregos. Existe, ainda, a intensão de beneficiar outros setores, como construção civil, eletroeletrônicos, telecomunicações, papel e celulose, fármacos e químicos.

O Banco do Brasil também anunciou acordo com as mesmas associações do ramo automobilístico, a fim de facilitar o crédito, na tentativa de estimular a atividade. O aporte destinado ao financiamento de fornecedores da cadeia automotiva e, também, do setor de máquinas e implementos agrícolas e caminhões, pode chegar a R\$ 3,1 bilhões. O intuito é disponibilizar capital de giro até mesmo para operações de longo prazo, com produtos ainda previstos para serem entregues, de modo a prematurar o fluxo financeiro às empresas.

Contudo, essa medida não deverá ser suficiente para alavancar a indústria automobilística, uma vez que, no Brasil, houve sobreinvestimento no setor, em razão das políticas de proteção, além da baixa demanda interna, que, por conta das incertezas em relação à economia, deve continuar fraca.

Em relação à indústria de farmoquímicos e farmacêuticos, a contração ocorreu especialmente pela redução na produção de medicamentos, que foi bastante afetada pela alta do dólar, uma vez que 90% dos insumos vêm do exterior. Ademais, soma-se a este fator o impacto do aumento dos custos com energia elétrica, frete e mão de obra, este devido ao corte das desonerações da folha de pagamento, além do fato de que esses produtos têm seus preços controlados pelo governo.

Observa-se que a retração da indústria brasileira é reflexo do desaquecimento da economia, da diminuição na demanda doméstica, motivada pela inflação elevada, que promove a redução do ganho real dos trabalhadores e a perda do poder de compra, do endividamento das famílias, do aperto monetário, com restrição na concessão de crédito, da alta nos juros e da falta de confiança, tanto dos consumidores como dos empresários, nos rumos da economia do país. Por consequência, as empresas frearam a produção a fim de ajustar os estoques à demanda. Contudo, essa medida tem provocado grande número de demissões e deve, ainda, gerar mais desemprego.

Cabe lembrar que a taxa de desocupação, calculada pelo IBGE através da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), que abrange seis regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre), foi de 7,5% da população economicamente ativa (PEA), em julho de 2015. Já a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, também divulgada pelo IBGE, em 3.500 municípios, mostrou uma taxa de desemprego de 8,3% da PEA, no segundo trimestre de 2015.